



ASSOCIAÇÃO
PRÓ-INFÂNCIA
NUNO ÁLVARES

Relatório e Contas 2019

Relatório e Contas 2019 - Índice

1. Introdução

2. Dinâmica associativa

3. A Escola Infantil

3.1. Ação educativa

3.2. Equipa educativa

3.3. Envolvimento dos pais

— 3.4. Parcerias institucionais

3.5. Comunicação e imagem

4. Gestão financeira e sustentabilidade

5. Conclusão

6. Anexo - Análise da Direção ao “Anexo às Demonstrações Financeiras 2019”

Relatório e Contas 2019

1. Introdução

Decorreu de forma invulgar o “ano APINA” a que este Relatório e Contas 2019 se refere. No mês de fevereiro 2019, e após um período de maior incomunicação com um grupo maioritário de associados, teve lugar a destituição da até então Direção da APINA, dando passagem a uma Comissão de Gestão. No entanto, um conjunto de quatro associados, não conformes com tal ação, interpuseram uma providência cautelar no Tribunal Cível de Santo Tirso, que suspendeu em abril a ação da Comissão. Com autorização do tribunal para recuperar a gestão em julho, só em outubro teve início o juízo, com final já em janeiro de 2020 a favor da continuidade da Comissão. Foram então convocadas eleições para reeleger uma Direção de pleno direito, o que viria a acontecer em março 2020. Logo chegaram as restrições devidas ao Covid-19, pelo que só agora, em julho 2020, se dá lugar à discussão e aprovação do Relatório e Contas 2019.

Apesar desta “instabilidade associativa”, o ano 2019 acabou por terminar, a nível da Escola Infantil, de uma forma estável e até positiva. A escola mudou no Verão 2019 a sua Direção Técnico-Pedagógica, passando-a para uma equipa constituída por uma Educadora (que assumiu a parte pedagógica, mantendo a responsabilidade de uma sala) e um jesuíta (com experiência na área social e que assumiu a direção técnica). Houve aumento do contentamento dos pais e também do número de crianças, a partir de algumas melhorias e cuidados implementados na escola. Apesar de ter sido ano inicial “agitado”, terminou na espera serena pela decisão judicial, que viria a confirmar a continuidade da estabilidade já em vigor.

2. Dinâmica associativa

A par com os factos enunciados no ponto anterior, a Comissão de Gestão assumiu também como tarefa importante a clarificação da lista de associados, o que até então nunca tinha sido feito. O valor obtido pelo pagamento das quotas em atraso constituiu mais uma receita importante para a APINA. E não obstante ter assumido a responsabilidade pela associação sem qualquer “passagem de pasta” por parte da Direção cessante, dedicou-se à recuperação de vários “dossiers” da associação e da escola.

Durante 2019 realizaram-se, para além da Assembleia Geral de fevereiro, mais três Assembleias Gerais: uma em março para aprovação do Relatório e Contas previsionais 2018 (por falta dos elementos contabilísticos “fechados”, devido à situação de ausência prolongada da Contabilista Certificada); outra em maio, onde foi aprovado o Regulamento Eleitoral a ser utilizado em futuras eleições; e outra em julho, com o objetivo de ter eleições e fazer regressar a normalidade institucional à APINA; as eleições acabaram por ser adiadas por indicação do Tribunal, tendo-se aproveitado para esclarecer os associados sobre o contexto jurídico do momento.

3. A Escola Infantil

Tal como já no ano anterior, houve esforço de todos para que os momentos de menor tranquilidade entre adultos não passassem para as crianças. Foi nomeado um jesuíta para passar a acompanhar mais de perto a vida da Escola Infantil, à semelhança do que acontece nas outras escolas do Complexo Educativo das Caldinhas. Esta figura corresponde ao “Diretor Delegado” prevista no protocolo entre o Colégio das Caldinhas e a APINA. Será este jesuíta, por pedido da Comissão de Gestão e aceitação do Colégio, a ficar Diretor Técnico depois do Verão, em “acordo de serviço” entre as duas entidades.

Para além da mudança da Direção Técnico-Pedagógica, com reflexo significativo na forma de trabalhar na escola, o órgão de gestão dedicou-se igualmente à recuperação das parcerias institucionais mais relevantes, assim como à elaboração da candidatura ao programa PARES 2.0, tendo em vista o passo - fundamental para o futuro da escola - de regularizar as salas de 0 e 1 ano e de conseguir para elas um Acordo de Cooperação com a Segurança Social.

3.1. Ação educativa

O plano de atividades 2018/19 da escola foi sendo cumprido até ao final, e o plano 2019/20 tem-se mantido na mesma linha. O número de crianças na escola foi aumentando gradualmente, de 74 para 80 crianças. A Comissão de Gestão (e a Mesa da Assembleia Geral, por mandato da Assembleia Geral nas semanas em que a Comissão esteve “suspensa”) foi acompanhando toda a atividade da escola, colaborando com a equipa e a direção técnico-pedagógica do momento.

3.2. Equipa educativa

A anterior Diretora Técnico-Pedagógica manteve-se de “baixa médica” durante quase todo o ano, tendo tido um regresso breve durante o mês de abril. As suas funções foram assumidas nos primeiros meses por uma Educadora responsável de sala, mas por volta de abril/maio percebeu-se, na sequência dos contactos da Comissão de Gestão com a Segurança Social, que legalmente teria que ser distribuída por duas Educadoras, cada uma ligada a uma das valências da escola. Foi então nomeada uma segunda Educadora, tendo esta “dupla” funcionado até ao Verão. A Comissão foi desde o início reunindo regularmente com elas, de forma a acompanhar de perto a vida e as necessidades da escola. Ainda a nível de equipa, houve durante o ano algumas entradas e saídas (licença de maternidade, baixas médicas, dispensa de um elemento), e chegou uma nova educadora para assumir uma das salas que entretanto estava sem Educadora responsável.

Com o recomeço do ano e a nova Direção Técnico-Pedagógica passou a haver reuniões de equipa regulares, seja com Educadoras (reuniões semanais) seja com Assistentes Educativas (reuniões mensais). Deu-se um cuidado maior à comunicação interna, apostando no mail como meio de fazer chegar toda a informação, de forma rápida e completa, a todas. As Assistentes Educativas deixaram também de tratar da limpeza das salas, a partir da contratação de uma empresa nova. No final do ano preparou-se também, com a contratação em part-time de uma antiga estagiária, a passagem para as Assistentes Educativas deixarem de assumir o prolongamento do horário da tarde em regime de “banco de horas”, permitindo uma estabilidade maior no seu tempo de descanso. O Diretor Técnico passou também a ser sempre convidado a estar presente nas reuniões da Comissão (assim como a Diretora Pedagógica, quando necessário), permitindo desta forma uma melhor articulação entre órgão de gestão e equipa técnica.

É também aposta da nova Direção Técnico-Pedagógica recuperar a formação contínua da equipa, dando atenção particular, pela qualidade envolvida, às formações da APEI (Associação dos Profissionais da Educação de Infância) e da ESEPF (Escola Superior de Educação Paula Frassinetti).

Embora sendo obrigação legal desde 2017, não estava ainda em vigor um Código de Conduta contra o Assédio Laboral, instrumento de regulamentação laboral que previne situações de assédio laboral por parte da instituição e também de denúncias falsas por parte dos colaboradores. Essa implementação, logo após o

recomeço das atividades letivas, coincidiu com uma visita do ACT à escola, que se pode inteirar das mudanças entretanto havidas.

3.3. Envolvimento dos pais

A assunção dos destinos da escola por parte da Comissão de Gestão (composta integralmente por pais) representou também uma proximidade maior entre pais e equipa educativa. Foram disponibilizados horários regulares de atendimento, e a comunicação via email sobre a vida associativa e a vida da escola passou a ser mais frequente.

Aconteceram também momentos bonitos de envolvimento de muitos pais em algumas atividades, como foi o caso da participação na organização da Festa das Famílias 2019, a reparação e pintura de mobiliário das salas na preparação do arranque do ano, a Abertura do Ano 2019/20 (atividade “À descoberta da escola”) e a Festa de Natal 2019 (com envolvimento desde a roupa das crianças ao coro de pais). Há que continuar a apostar neste envolvimento e proximidade, pois são eles que permitem uma escola mais “completa” e mais “de todos” (pela presença e pela incorporação de outras visões e experiências).

3.4. Parcerias institucionais

Uma das tarefas a que a Comissão de Gestão deu particular atenção foi a recuperação e/ou fortalecimento das diversas parcerias institucionais. Houve reuniões com os diversos serviços do Colégio, de forma a facilitar o conhecimento e o trabalho mais ágil e comum (intenção que teve sucesso variável conforme os serviços).

Muito importante foi também o contacto que se estabeleceu com a Seg. Social de Braga e com os técnicos de acompanhamento, de forma a fortalecer e a tornar mais transparente a ligação com esta entidade tutelar. O mesmo aconteceu com a DGEstE do Porto, já que o pré-escolar é co-tutelado por esta. Este contacto permitiu não só a estas entidades conhecer melhor o processo de mudança em curso, como também abrir caminho para a candidatura ao programa PARES 2.0, buscando financiamento para as obras na creche que terão necessariamente que se fazer. Várias reuniões com as equipas de arquitetos destas entidades permitiram conhecer melhor as exigências legais dos espaços (conforme previsto pela portaria 262/2011), que não foram acauteladas na intervenção feita em 2016.

Houve também algumas reuniões com a UDIPSS (União Distrital das IPSS) do Porto, e percebeu-se com clareza as vantagens numa ligação maior a esta plataforma que junta muitas IPSS do distrito (apoio jurídico especializado e experiência na área, formações para chefias e equipas, etc.).

Finalmente, cabe referir que a APINA está também envolvida na Associação Padre Simão Rodrigues sj, que ajuda alunos e famílias de menores recursos que frequentam alguma das escolas do Complexo Educativo. Para além da colaboração na organização dos eventos, pode em 2019 liquidar o pagamento da joia que estava em falta, a partir da decisão pessoal dos elementos da Comissão de doar à APINA o valor recebido (relativo às “custas de parte”) da parte contrária em Tribunal.

3.5. Comunicação e imagem

Como já referido anteriormente, foi forte a aposta na comunicação clara, aberta e ágil com os pais. Este é um dos elementos na relação com a escola que mais tem sido valorizado por eles. O site foi renovado (num

trabalho empenhado e voluntário de um dos pais), e a sua área reservada continua a ser “lugar” de partilha de informação pertinente para todos.

Está ainda por recuperar um marketing mais intencional e organizado da escola “para fora”. E é bom que os pais estejam contentes, pois eles acabam por ser os grandes “embaixadores” e “divulgadores” da escola e do seu projeto educativo.

4. Gestão financeira e sustentabilidade

Em 2019 a APINA teve um “deficit” de c. 85 mil Euros, o que representa um aumento em relação aos c.72 mil Euros de “deficit” de 2018 e uma dívida acumulada de c.230 mil Euros. Numa primeira leitura poderia parecer que “vamos de mal para pior”, mas um olhar mais atento às contas e à sua exploração permite uma leitura diversa. Destacamos:

- * A Comissão de Gestão conseguiu renegociar vários dos contratos com fornecedores e prestadores de serviços (limpeza, alimentação, profs. de coadjuvação), baixando assim as despesas.
- * O programa anual PEDEPE atrasou-se (em 2019 diria respeito a 2018/19), pelo que o valor conseguido (c. 45 mil Euros) não está refletido nas contas do ano.
- * Houve uma diminuição significativa (“brutal”, em alguns meses) da comparticipação por parte da Seg. Social pelos “ajustes” em relação a valores entregues anteriormente em excesso, pelo facto da Direção/Direção Técnica-Pedagógica anterior não estar a entregar os mapas mensais de frequência (ou seja, o órgão de gestão anterior recebeu a mais, e tocou a este ter que repor).
- * O aumento do n. de crianças a frequentar a escola tem-se também refletido no aumento do valor total das mensalidades, e é de esperar que este valor continue a aumentar.
- * Finalmente, está-se a trabalhar ativamente, através da candidatura ao programa PARES 2.0, para que as obras na escola permitam não só o aumento da capacidade da creche, em cumprimento da legislação pertinente, como que “tragam atrás” o necessário Acordo de Cooperação com a Segurança Social. Aguardamos notícias quanto à análise da nossa candidatura. O governo já anunciou também a abertura próxima de um programa PARES 3.0, dada a escassez generalizada de lugares de creche no país. Queremos por isso confiar que este importante passo de “obras de ampliação + acordo de cooperação”, que terá um impacto fundamental na recuperação financeira e na vitalidade da escola, possa ser dado proximamente.

Apesar de todos estes factos enunciados acima, a Direção viu-se confrontada com um inesperado “Anexo às Demonstrações Financeiras” elaborado pela Contabilista Certificada, omitindo vários dos elementos acima e “prevendo” um cenário futuro difícil para a instituição. Tentou-se obter a sua reação e clarificação sobre os referidos elementos, mas houve ausência de resposta e persistência na análise inicialmente vertida no documento. Pelo que a Direção entendeu por bem assinar o Anexo com uma ressalva em *post-script*, explicando detalhadamente os motivos da sua discordância num Anexo a este Relatório.

5. Conclusão

Apesar da fragilidade económica em que a APINA ainda se encontrou, explicámos acima porque cremos que 2019 não foi, apesar de tudo, um ano “pior”, mas o ano em que a APINA recomeçou um caminho de recuperação, para a exploração de todo o potencial que a escola e a comunidade educativa envolvente (pais, equipa educativa, antigos alunos) encerra.

A atual Direção não pode deixar de expressar um verdadeiro e reconhecido agradecimento à Comissão de Gestão que durante 2019, no meio de várias dificuldades e resistências, e muitas vezes com grande custo familiar e profissional dos seus elementos, trouxe a APINA até ao “lugar” onde está hoje. Todo esse trabalho não foi em vão, o trabalho da Direção atual não teria sido possível sem ele, e cabe-nos agora estar à altura da continuidade que esse esforço merece.

Direção da APINA
30 de julho 2020

Carla Paulina Ferreira
Janisa de Lurdes Martins de Freitas

6. Anexo - Análise da Direção ao “Anexo às Demonstrações Financeiras 2019”

No final do “Anexo às Demonstrações Financeiras 2019”, o P. Carlos Carneiro sj, Presidente da Direção da APINA, escreveu o seguinte *post-scriptum* “P.S. A subscrição deste anexo por mim próprio e pela Direção da APINA não significa que adiramos ao conteúdo do respetivo texto, o qual foi elaborado e é da total responsabilidade da Contabilista Certificada que se recusou a responder às muitas questões concretas que lhe foram apresentadas pelo Presidente da Direção da APINA quanto a determinados pontos deste anexo, falhos de informação relevantes e que a nosso ver tornam tendenciosa a análise vertida no documento, por motivos que não logramos descortinar. Assim, no relatório de gestão, a Direção pronunciar-se-á sobre cada um daqueles pontos”

Com efeito, o referido documento, da responsabilidade exclusiva da Contabilista Certificada, foi inicialmente recebido a 16 de abril 2020 pelo Presidente da Direção. Levantou desde logo várias questões de fundo ao Departamento Financeiro do Colégio das Caldinhas, a quem foi pedido um parecer, e que as fez chegar à Contabilista. A 30 de abril, a Contabilista remeteu uma segunda versão com a correção de algumas imprecisões entretanto identificadas, mas mantendo a análise anteriormente elaborada, a par com a argumentação da independência técnica do cargo (dever que a nosso ver é inteiramente correto, e que consideramos estar desde logo salvaguardado pela circunstância da Contabilista ter sido Vogal da Direção até fevereiro de 2019; se até então foi capaz de manter essa independência, mais agora o será). A 5 de junho foi-lhe remetido, de novo por escrito, um segundo pedido de clarificação das muitas questões que permaneciam (cerca de 20). A esse contacto respondeu de novo a Contabilista com um longo texto a 12 de junho, dizendo que já tinha clarificado as questões em reunião com os seus colegas do Departamento Financeiro do Colégio (o que é desmentido por estes), mas sem oferecer, de novo, qualquer clarificação ao questionado (antes dissertando, de forma teórica, sobre o que são contas e demonstrações financeiras, assim como as funções e deveres do Contabilista Certificado). De novo o Presidente da Direção lhe escreveu, a 21 de junho, assinalando a referida falta de respostas, e pedindo-lhe que o fizesse por escrito e diretamente para o próprio. Em resposta a 26 de junho, a Contabilista insistia que já tudo clarificou, e que o que não clarificou não é de sua responsabilidade. Pelo que a 6 de julho o Presidente da direção não teve outra solução senão informá-la que assinaria o referido Anexo, mas salvaguardando a posição sua e da restante Direção com o *post-scriptum* acima.

De forma breve, são os seguintes os pontos do Anexo às Demonstrações Financeiras que a Direção considera em falta ou com análise incompleta ou deturpada:

Ponto 7.2. Outras contas a receber

* Anualmente a instituição recebe do Ministério da Educação uma verba do PEDEPE - Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, destinada a compensar os salários mais altos das educadoras mais antigas. Essa verba foi de c.32 mil Euros em 2018, correspondente ao PEDEPE 2017/18. Não foi recebida em 2019 porque o PEDEPE 2018/19 se atrasou, embora estando previsto. A Contabilista refere essa possibilidade, mas em nenhum momento destaca a sua possível relevância para as contas do exercício (dita candidatura já se concretizou e foi aprovada, pelo que a APINA receberá c.45 mil Euros durante o ano escolar 2020/21).

Ponto 9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

* Em nenhum momento a Contabilista explica porque o valor recebido através do Acordo de Cooperação com a Segurança Social foi de c.150 mil Euros em 2018 e apenas c.119 mil Euros em 2019. A explicação é

porque a transferência mensal, que já em 2018 tinha sofrido reduções pela baixa da frequência de crianças (reduções entre mil e 8 mil Euros), viu essas reduções aumentarem significativamente nos primeiros meses de 2019 (chegando a ser de c. 13 mil Euros, de um total de c.16 mil Euros/mês). A responsabilidade desse corte corresponde não ao órgão de gestão de 2019, mas à Direção anterior, pois durante vários meses dos anos anteriores a instituição não fez a comunicação das frequências mensais como deveria. Recebeu por isso verba a mais, e que a partir de fevereiro de 2019 houve que restituir de forma mais abrupta.

Ponto 10.1. Fornecedores

* O Anexo não refere que a partir de setembro de 2019 a APINA começou a pagar pontualmente ao Instituto Nun'Alvres o encargo mensal com as refeições, de forma a honrar os seus compromissos e impedir que a dívida continuasse a aumentar.

* Tampouco está referido que no Verão de 2019 o órgão de gestão, sempre com o objetivo de reduzir gastos, conseguiu renegociar diversos contratos com fornecedores e prestadores de serviços, nomeadamente os serviços de limpeza (redução de c.1400 Euros/mês para c.900 Euros/mês), de alimentação (redução do custo diário da refeição das crianças) e os professores de coadjuvação (de 20 para 18 Euros/hora).

Ponto 10.2. Outras Contas a Pagar

* Foi também perguntado à Contabilista qual a origem do indicado “financiamento externo” de 160 mil Euros para a criação do berçário e sala de 1 ano. A resposta a esta questão só foi obtida pela análise do Balancete 2019. Ficou também sem resposta a questão sobre o custo total da intervenção referida.

* O Anexo não indica também o facto muito relevante que estas obras não cumpriram integralmente com a legislação em vigor (em particular com a Portaria 262/2011), pelo que não poderão ser legalizadas sem uma nova intervenção de fundo que mudará toda a geometria do espaço. O que implica que o valor referido foi inteiramente desperdiçado. A pergunta à Contabilista se o sabia ficou também sem resposta.

* O Anexo não indica também o facto igualmente relevante da inexistência de Acordo de Cooperação para estas duas novas salas. Uma vez que o cálculo das mensalidades é feito de acordo com os critérios da Segurança Social (e não assumindo que estas duas salas são “privadas”), significa na prática que é a APINA que está a arcar com o valor em falta. A Seg.Social financia cada criança de creche com c.270 Euros/mês. Pelo que se existisse acordo, a instituição estaria a receber mais c.65 mil Euros/ano (valor correspondente a 20 crianças). A pergunta à Contabilista se conhecia tal facto ficou também sem resposta.

Ponto 13.1. Créditos

* Existe um aumento de c. 5 mil Euros na contribuição anual das famílias, fruto do aumento de crianças na escola. Este facto não é relevado.

Ponto 13.2. Fornecimentos e Serviços Externos

* A redução de custos de fornecedores explicada acima é visível neste ponto (redução dos FSE de c.118 mil Euros para c.106 mil Euros). Facto que não merece, de novo, qualquer explicação.

Ponto 13.3. Gastos com Pessoal

* Há uma redução significativa dos encargos com Recursos Humanos em 2019, por comparação com 2018 (de c.271 mil Euros para c.242 mil Euros). Tal deve-se não só ao facto referido da “baixa médica” de 2 colaboradoras, mas também ao facto do Diretor Técnico estar em “acordo de serviço” com o Colégio das Caldinhas, poupando-se assim meio salário.

* Não se percebe assim (e ficou sem resposta) porque a Contabilista afirma que essa diminuição é transitória.

Pontos 13.6 Acontecimento após data do Balanço

* Neste ponto a Contabilista refere-se à decisão no Tribunal Cível de Santo Tirso, destacando 4 vezes as “ilegalidades” acontecidas na AG de 13 de fevereiro de 2019, da qual resultou a destituição da Direção (de que fazia parte) e a eleição de uma Comissão de Gestão. O parágrafo seguinte refere que o Tribunal não deu provimento a essa providência cautelar introduzida por 4 associados, mas sem explicar de forma clara e transparente as razões subjacentes.

* Da leitura do texto parece resultar uma visão necessariamente negativa do processo, assim como do novo órgão de gestão dele resultante (e com o qual tem continuidade a Direção atual). O que a Contabilista omite, e que o acórdão do Tribunal destaca e é relevante, é que as referidas “ilegalidades” têm origem na inexistência de um caderno firme de associados (apesar do pedido repetidamente feito pelos elementos da Mesa). O Tribunal certificou também (pontos 25 a 33 do acórdão) que a partir daquela data a instituição tem funcionado melhor, com reconhecimento dos pais, melhor ambiente na equipa, entrada de novas crianças e pagamento atempado dos seus compromissos financeiros (e embora o Tribunal não o indique, ao tempo do juízo a lista de associados já tinha sido regularizada pela Comissão de Gestão, permanecendo atualizada desde então).

Afirmações conclusivas

Finalmente, o Anexo contém ainda duas afirmações conclusivas com as quais a Direção não pode estar de acordo:

* Em 10.2., refere-se que *“a evolução da situação económico-financeira da APINA em 2019 tem um impacto estruturante nas rubricas de prestação de serviços e empréstimos concedidos pelas entidades externas, maioritariamente, através das entidades sediadas no Complexo Educativo do Colégio das Caldinhas, com atenção ao ritmo das políticas de gestão recursos humanos, rubricas de fornecimentos, implementação dos planos de atividades das valências e os eventos subsequentes verificados, sendo assim, assinalável um aumento potencial do grau de incumprimento dos compromissos estabelecidos”*. Do exposto anteriormente, resulta incompreensível esta afirmação. Pois não só a APINA tem assumido compromissos anteriormente não assumidos (p.e. o pagamento da alimentação ao INA, a regularização financeira do Acordo de Cooperação com a Seg. Social, etc.), como o caminho percorrido parece apontar, pese a estar ainda em situação de “deficit”, a uma melhoria significativa nos próximos anos (entrada de mais crianças, melhoria da relação com as famílias, candidatura ao programa PARES 2.0 para obras na creche com aumento de capacidade e extensão do Acordo de Cooperação).

* Em 13.6., a Contabilista escreve ainda que *“as obrigações anunciadas, perante as alterações profundas e agora verificadas nos órgãos sociais da APINA, suscitam um aumento do grau de incerteza perante os compromissos assumidos e ao mesmo tempo o aparecimento de oportunidades de alteração e contingências não expectáveis em matéria de política de gestão e continuidade da atividade da Associação que não são despciendos”*. Questionada sobre tais afirmações (que significa e como justifica a afirmação de “um aumento do grau de incerteza perante os compromissos assumidos”, a partir das “alterações verificadas nos órgãos sociais da APINA”? a que se refere quando escreve sobre “contingências não expectáveis em matéria de política de gestão”? como fundamenta a dúvida que formula sobre “a continuidade da atividade da Associação”?), mais uma vez não houve resposta. O que reforça a nossa perplexidade diante da análise vertida no documento, que nos parece muito difícil não considerar tendenciosa por todos os motivos acima explicados, e sem que consigamos descortinar os motivos a ela subjacentes.

Direção da APINA

30 de julho 2020

Carla Joana Pereira Carreira
Marisa de Lurdes Martins de Freitas



**ASSOCIAÇÃO
PRÓ-INFÂNCIA
NUNO ÁLVARES**

Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2019

- 1. Balanço**
- 2. Demonstração de Resultados por Natureza**
- 3. Demonstração de Resultados por Funções**
- 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- 5. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**

1. Balanço

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2019	2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	92.249,85	96.804,50
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	566,71	379,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		92.816,56	97.183,61
Ativo corrente			
Inventários	6	7.854,56	7.097,20
Clientes	7.1	4.450,42	5.797,52
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	7.2	198,00	32.542,60
Diferimentos	7.3	1.098,14	-
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	15.730,94	2.183,62
Subtotal		29.332,06	47.620,94
Total do Ativo		122.148,62	144.804,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	1.570,04	1.570,04
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	8	(146.921,44)	(74.130,51)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do período	8	(85.141,86)	(72.790,93)
Total do fundo do capital		(230.493,26)	(145.351,40)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	117.248,54	73.428,36
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	11	12.479,75	12.930,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	10.3	4.519,46	4.859,77
Outras contas a pagar	10.2	218.394,13	198.937,76
Outros passivos financeiros			
Subtotal		352.641,88	290.155,95
Total do passivo		352.641,88	290.155,95
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		122.148,62	144.804,55

Caldas da Saúde, 6 de Julho de 2020

A Contabilista Certificada

Filipe Silva

A Direção

Carlos Correia
Andreia da Quinta

2. Demonstração de Resultados por Natureza

Associação Pró-Infância Nuno Alvares
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	13.1	144.534,60	140.772,62
Subsídios, doações e legados à exploração	9	126.221,70	186.194,98
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1.333,64)	(2.529,72)
Fornecimentos e serviços externos	13.2	(106.749,97)	(118.482,36)
Gastos com o pessoal	13.3	(242.560,18)	(271.954,51)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7.1	-	(408,18)
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.4		327,34
Outros gastos e perdas	13.5	(300,00)	(1.989,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(80.187,49)	(68.069,24)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(4.917,50)	(4.721,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(85.104,99)	(72.790,93)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.6	(36,87)	-
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		(85.141,86)	(72.790,93)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	8	(85.141,86)	(72.790,93)

Caldas da Saúde, 6 de Julho de 2020

A Contabilista Certificada

Helena Silva

A Direção

Carlos Correia
Andreia da Quintela

3. Demonstração de Resultados por Funções

Associação Pró-Infância Nuno Alvares
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Creche	Pré-Escolar	PERÍODOS	
				2019	2018
Vendas e serviços prestados	13.1	59.259,19	85.275,41	144.534,60	140.772,62
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/13	(145.780,13)	(209.781,16)	(355.561,29)	(398.019,36)
Resultado bruto		(86.520,94)	(124.505,75)	(211.026,69)	(257.246,74)
Outros rendimentos	9	51.750,90	74.470,80	126.221,70	186.522,32
Gastos de distribuição				-	-
Gastos administrativos				-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento				-	-
Outros gastos	13.5	(123,00)	(177,00)	(300,00)	(1.989,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(34.893,05)	(50.211,94)	(85.104,99)	(72.713,83)
Gastos de financiamento (líquidos)	13.6	(15,12)	(21,75)	(36,87)	-
Resultados antes de impostos		(34.908,16)	(50.233,70)	(85.141,86)	(72.713,83)
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	8	(34.908,16)	(50.233,70)	(85.141,86)	(72.713,83)

Caldas da Saúde, 6 de Julho de 2020

A Contabilista Certificada

Filipa Silva

A Direção

Carla Campos
Andréa Gil Quinta

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	7	143.528,81	143.576,89
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	10	(66.185,78)	(84.917,88)
Pagamentos ao pessoal	13.3	(240.411,02)	(272.237,60)
Caixa gerada pelas operações		(163.067,99)	(213.578,59)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos	9	160.149,07	153.397,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2.918,92)	(60.180,69)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(362,85)	18.433,39
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	(187,60)	379,11
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(550,45)	18.812,50
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento	10.02	17.016,69	40.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		17.016,69	40.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		13.547,32	(1.368,19)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.183,62	3.551,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	15.730,94	2.183,62

Caldas da Saúde, 6 de Julho de 2020

A Contabilista Certificada



A Direção





5. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Associação Pró-Infância Nuno Álvares
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total		Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transiêntes	Reservas legais	Excedentes de reavaliação	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Interesses minoritários	Unidade Monetária: Euros			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1 8	1.570,04	-	-	(74.130,51)	-	-	-	-	-	(72.790,93)	-	-	(145.351,40)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Aplicação do resultado líquido do período anterior	8	1.570,04	-	-	(72.790,93)	-	-	-	-	-	72.790,93	-	-	(145.351,40)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2													
RESULTADO EXTENSIVO	3													
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4-2+3													
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações														
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	5 8	1.570,04	-	-	(146.921,44)	-	-	-	-	-	(85.141,86)	-	-	(85.141,86)
	6=1+2+3+4													
		1.570,04	-	-	(146.921,44)	-	-	-	-	-	(85.141,86)	-	-	(230.493,26)

Caldas da Saúde, 6 de Julho de 2020

A Contabilista Certificada
Filipa Silva

A Direcção
Carla Gaussey
Fúlvora Gil Quinela



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

Associação Pró-Infância Nuno Álvares
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Unidade Monetária: Euros	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	1.570,04	-	-	(32.951,24)	-	-	-	(41.179,27)	-	-	(72.560,47)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Aplicação do resultado líquido do período anterior	8	1.570,04	-	-	(4.179,27)	-	-	-	41.179,27	-	-	(72.560,47)	
	7				(74.130,51)								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(72.790,93)			(72.790,93)	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(72.790,93)			(72.790,93)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018	10	-	-	-	-	-	-	-	72.790,93	-	-	(145.351,40)	
	6+7+8+10	1.570,04	-	-	(74.130,51)	-	-	-	(72.790,93)	-	-	(145.351,40)	

Caldas da Saúde, 6 de Julho de 2020

Contabilista Certificada
Tiliza Silva

A Bileção
Carlos Correia

Fredriva Jd Quintela